



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 116/2021

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e **GIALES FISCHER GRÜTZMANN & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.276.563/0001-81, com sede na Rua General Osório nº 392, bairro centro, Canguçu/RS neste ato representado por seu representante legal, Senhor Giales Fisher Grützmann, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na cidade de Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente contrato por objeto a contratação de empresa na qual visa a prestação de serviço de instalação, manutenção mensal e aquisição de link dedicado de internet, com 100% de Banda Garantia de no mínimo 500 MBPS de Download e 500 MBPS de Upload, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição da Pregão Eletrônico nº 19/2021.

Lote	Item	Qtde	Un	Cód.	Descrição	Valor máximo mensal
01	01	6,5	mês	63134	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINK DEDICADO DE INTERNET, COM 100 % DE BANDA GARANTIA DE NO MÍNIMO 500 MBPS DE DOWLOAD E 500 MBPS DE UPLOAD	R\$ 1.790,00
VALOR TOTAL MÁXIMO PARA O ANO DE 2021 R\$ 11.635,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de R\$ 11.635,00 (Quatro Mil e Cem Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

3.1 O Pagamento será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis ao mês subsequente a prestação do serviço, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

3.2 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato de que trata o presente Edital.

3.3 Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00, deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de fevereiro de 2012).

• CLÁUSULA QUARTA – DOS REQUISITOS

4.1 Link dedicado de Internet, com 100% de banda garantida de no mínimo 500MBPS de Download e 500MBPS de Upload;

4.2 O Provedor deverá fornecer um range de uma sub-rede com no mínimo 6 (seis) endereços IP válidos para a Rede Mundial, a fim de permitir a conexão efetiva dos sistemas à Internet, e vice-versa, atendendo a todos os requisitos de segurança e de aplicações definidos para essa conexão.

4.3 A Contratada deverá se encarregar de prover o meio físico de interligação entre a sua rede e a rede do Contratante, atendendo aos parâmetros definidos nesta especificação, ficando este serviço sob sua inteira responsabilidade.



- 4.4 O meio físico utilizado deverá ser fibra optica, para a prestação do serviço de entrega do link na sede da prefeitura.
- 4.5 A solução adotada pela Contratada deverá atender a todas as normas técnicas exigidas pelos órgãos públicos competentes e responsáveis pela regulamentação, controle e fiscalização do meio físico, da conexão lógica, do tipo de transmissão, da velocidade de tráfego, da faixa de frequência e largura de banda utilizada.
- 4.6 A administração do enlace será de responsabilidade da Contratada.
- 4.7 O circuito deverá ser instalado na Prefeitura Municipal de Canguçu situada na Pça. Francisco Carlos dos Santos, 240;
- 4.8 Caso seja necessária alguma obra civil ou elétrica de infraestrutura no ambiente do Contratante para a instalação do meio físico necessário à interligação do(s) enlace(s), esta correrá por conta da empresa Contratada. Para a realização de quaisquer obras, os padrões arquitetônicos previamente encontrados nas instalações deverão ser mantidos.
- 4.9 A contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura de telecomunicações (equipamentos e insumos) e elétrica necessária ao pleno funcionamento dos serviços contratados, sem custo adicional ao Contratante.
- 4.10 A prestação do serviço compreende a disponibilização, instalação, ativação e configuração do(s) equipamento(s) que compõem o acesso, e outros que possibilitem a utilização do serviço objeto da presente contratação.
- 4.11 A administração e manutenção desses equipamentos será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo obedecer aos níveis de qualidade exigidos na presente contratação.
- 4.12 A escolha da solução (equipamentos) adotada fica a critério da Contratada.
- 4.13 O Provedor deverá dispor de recursos de gerência e supervisão para o circuito.
- 4.14 O serviço IP dedicado a ser contratado deverá suportar aplicações TCP/IP (TransmissionControl Protocol / Internet Protocol), tais como: HTTP, HTTPS, FTP (File Transfer Protocol), TELNET (TERminal NETwork), SMTP(Simple Mail Transfer Protocol),POP3 (Post Office Protocol version 3), LDAP (Lightweight Directory Access Protocol), e VPN, e tráfego de vídeo e voz sobre IP (VoIP), no sentido para a Internet e vice-versa. O Provedor contratado deverá apresentar uma lista com todas as aplicações adicionais suportadas pelo seu sistema, com as respectivas condições de utilização.
- 4.15 A Contratada deverá prestar suporte na configuração e parametrização do servidor de DNS Primário implantado nas instalações do Contratante.
- 4.16 Os servidores de DNS da Contratada deverão dar suporte à tecnologia DNSSEC (DomainName System Security Extensions).
- 4.17 Pela natureza corporativa da atividade do Contratante, o serviço, objeto da presente licitação, deverá propiciar segurança física dos dados. Entende-se por segurança física a proteção contra o acesso não autorizado ao link e dispositivos do Provedor responsáveis pelo transporte e encaminhamento dos dados.
- 4.18 O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações e/ou ampliações futuras de características no circuito, nos limites descritos no Termo de Referência, sem qualquer alteração no meio físico.
- 4.19 Em caso de alteração de endereço na prestação dos serviços, a Contratada deverá adotar todas as providências necessárias à implementação da mudança, de forma que o prazo máximo para interrupção seja de 8 (oito) horas.
- 4.20 Além do link de internet dedicado a contratada deverá prover a interligação nos pontos relacionados abaixo com a sede onde será entregue o link.

Local	Endereço	Meio de Interligação
ESF Fonseca	Rua Neusa Paes do Amaral, 450	Fibra Optica
ESF Vila Nova	Rua Lindolfo Otto Ernest Hackbart, 176	Fibra Optica
Garagem	Rua Getúlio Vargas, 1121	Fibra Optica
CAPS 1	Rua Firmina Moreira, 548	Fibra Optica
CAPS AD	Rua General Osório, 519	Fibra Optica
CAPS I	Rua Duque de Caxias, 65	Fibra Optica
CEO – ESF TRIÂNGULO	Manoel Pompílio da Fonseca, 470	Fibra Optica

gale



- 4.21 A interligação deverá prover uma banda interna de 100MB FULL DUPLEX através de Vlan;
- 4.22 A interligação deverá ser entregue em Camada 2 para a prefeitura fazer o gerenciamento;
- 4.23 A contratada deverá prover no quadro de funcionários equipe especializada com equipamentos de fusão de fibra óptica localizada na cidade;

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 A contratada tem prazo de 15 dias após assinatura do contrato para ligar o link a sede e prazo máximo de 60 dias para realizar todas as interligações.
- 5.2 A realização dos serviços de instalação e/ou interligação do meio de acesso e configurações de equipamentos instalados no Contratante deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, entre 8:30h e 16:30h, e, eventualmente, no período noturno, nos finais de semana e nos feriados, caso o Contratante julgue necessário e conveniente, visando a manutenção dos serviços.
- 5.3 Deverão ser executados todos os serviços necessários às instalações e configurações necessárias, sem nenhum custo adicional para o Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

- 6.1 A violação de qualquer um dos níveis de serviço, definidos ao longo do contrato que vier a ser firmado, só poderá ser desconsiderada pela Contratante quando for decorrente de uma das seguintes ocorrências, descritas a seguir:
- 6.1.1 Falha em algum equipamento de propriedade da Contratante;
- 6.1.2 Falha decorrente de procedimentos operacionais da Contratante;
- 6.1.3 Falha de qualquer equipamento da Contratada que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela Contratante.
- 6.2 O serviço deverá ser prestado 24 horas por dia, 07 dias por semana, todos os dias do ano, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas devidamente autorizadas pelo Contratante.
- 6.3 Qualquer interrupção programada pelo Provedor para manutenção preventiva e/ou substituição dos equipamentos e meios utilizados, desde que possa causar interferência no desempenho do serviço prestado, deverá ser comunicada ao Contratante com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por meio de correio eletrônico, e somente será realizada com a concordância do Contratante.
- 6.3.1 Somente serão aceitas interrupções programadas quando as referidas manutenções e/ou ampliações exigirem tecnicamente alterações no (s) equipamento(s) responsável pela conexão com o Contratante.
- 6.3.2 As interrupções programadas deverão ser efetuadas no período compreendido entre 22h e 06h do horário de Brasília.
- 6.4 O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção identificada pelo Contratante, devidamente registrada através de abertura do chamado na Central de Atendimento da Contratada, até o restabelecimento do circuito às condições normais de operação com a respectiva constatação do Contratante através da autorização para o encerramento do chamado.
- 6.4.1 Quando não for possível à Prefeitura Municipal de Canguçu a abertura de chamado na Central de Atendimento da Contratada, a indisponibilidade será considerada a partir da efetiva interrupção registrada pelos sistemas da Contratante e/ou Contratada;
- 6.4.2 Entende-se como condições normais de operação a estabilidade dos serviços prestados, sem a ocorrência de novas interrupções no curto prazo, e a manutenção de todos os parâmetros de qualidade dentro dos níveis especificados.
- 6.5 O tempo máximo aceito para o serviço estar no ar novamente após uma falha é de 4 horas, inclusive para a interligação entre os prédios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO SUPORTE DE SERVIÇOS

- 7.1 Caberá à Contratada gerenciar a rede de acesso à Internet, desde o backbone até a rede local do Contratante na interface Gigabit, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, garantindo os níveis de serviço contratados fim-a-fim, disponibilidade, percentual de descarte de pacotes e desempenho da rede contratada.

gab



7.2 A gerência inclui o fornecimento de uma Central de Atendimento, que também estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, que fará o registro e acompanhamento dos chamados, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

7.3 A Central de Atendimento da Contratada deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas, a serem realizadas pelos técnicos da Prefeitura, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da Contratada conheçam os serviços contratados e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o serviço.

7.3.1 A Contratada disponibilizará uma segunda instância para solução de falhas do serviço.

7.4 A Contratada se compromete a realizar as correções necessárias à reativação dos serviços. Entende-se por reativação dos serviços, a série de procedimentos destinados a recolocar estes serviços em seu perfeito estado de uso, de acordo com o Acordo e Níveis de Serviço contratado.

• **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

• 8.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se atende as especificações contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

• 8.2 - São obrigações da **CONTRATADA**

- a) Prestar os serviços de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação;
- b) Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- c) Aceitar, nas mesmas condições elencadas neste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços a serem prestados, respeitados os limites legais, conforme dispõe o §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;
- d) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;
- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se atende as especificações contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

• **CLÁUSULA NONA – DO CONTRATO**

9.1 As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no edital, seus anexos e na legislação vigente.

9.2 Caso o serviço a ser prestado não corresponda ao exigido no instrumento convocatório (edital e Anexos), a licitante vencedora deverá providenciar imediatamente a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/93 e no Código de defesa do Consumidor.

9.3 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco.) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco.) dias, a contar da data de seu recebimento.
- O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- Serão formalizadas tantos contratos quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes neste edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.
- Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

Galbi



- Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 meses, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
 - b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
 - c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
 - d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
 - e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
 - f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
 - g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
 - h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- 11.2 As penalidades serão registradas no cadastro da licitante, quando for o caso.
- 11.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1 O presente contrato decorre do **Pregão Eletrônico 19/2021**, a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei nº 8.666/93, Lei 10520/2002, Decreto 10.024/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO	FICHA	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
Secretaria Municipal de Saúde	2300	2373	33.9040.13.0000

Galati

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato o servidor efetivo Paulo Renato Cunha (CARGO – Auxiliar de Administração – matrícula 88.358).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.


16.2 E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.


Canguçu, 06 de Julho de 2021.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL


GIALES FISCHER GRUTZMANN & CIA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1) 
Nome: FABIANO GUERRA DIAS JR.
CPF nº: 027.383.820-58

2) 
Nome: FERNANDO W. MULLER
CPF nº: 014.047.120-03

NOVANET TELECOM
Giales Fischer Grutzmann
CNPJ: 09.276.563/0001-81
End.: Rua General Osório nº 400
Fone: 0800-2523009



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F669-42F0-A6FC-C685

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.359.010-91) em 08/07/2021 15:30:14 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.255.180-40) em 08/07/2021 15:38:35
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/F669-42F0-A6FC-C685>